

VDB F3 Geração de Energia S.A.

**Demonstrações financeiras
individuais e consolidadas em
31 de dezembro de 2022 e 2021 e relatório
dos auditores independentes.**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações dos resultados	7
Demonstrações dos resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

**Aos Diretores e Acionistas da
VDB F3 Geração de Energia
S.A. Rio de Janeiro - RJ**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da VDB F3 Geração de Energia S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da VDB F3 Geração de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principal assunto de auditoria é aquele que, em nosso julgamento profissional, foi o mais significativo em nossa auditoria do exercício corrente. Esse assunto foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

Mensuração e reconhecimento da receita

Veja as Notas 3.13 e 17 das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Principal assunto de auditoria

A receita das SPEs da Companhia é oriunda principalmente do fornecimento de energia elétrica, reconhecida quando o controle de cada obrigação de performance é transferido para o cliente e pode ser mensurada de forma confiável, que geralmente ocorre no ato da entrega da energia. As receitas de fornecimento de energia elétrica são mensuradas de acordo com a quantidade de energia utilizada pelo cliente e as tarifas vigentes, estabelecidas em contrato.

Esse assunto foi considerado significativo para nossa auditoria devido à magnitude da receita reconhecida nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, tendo em vista os riscos de que uma receita seja mensurada em desacordo com os contratos identificados e reconhecida em período distinto daquele em que ocorreu a transferência de controle ao cliente e consequente se deu o cumprimento da obrigação de performance.

Como auditoria endereçou esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

(a) Por meio de amostragem, recálculo dos contratos celebrados no ambiente livre, efetuando a conferência dos dados utilizados na mensuração da receita;

(b) Teste de corte da receita, avaliando as últimas faturas do ano de 2022 e primeiras do ano de 2023, para corroborar o reconhecimento de receita no período correto;

(c) Teste de recebimento subsequente do contas a receber, por amostragem;

(d) Confronto dos relatórios de faturamento com a respectivas notas fiscais emitidas, comprovantes de liquidação do órgão regulador, comprovantes de liquidação financeira das instituições bancárias e evidência contratual acerca da razoabilidade dos preços usados como base para reconhecimento da receita.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que a mensuração e reconhecimento da receita é aceitável no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aquele que foi considerado como mais significativo na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituiu o principal assunto de auditoria. Descrevemos esse assunto em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 31 de março de 2023

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Hugo Hermes Blezer
Contador CRC RJ-109093/O-5

VDB F3 Geração de Energia S.A.

Balancos patrimoniais em 31 dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais, exceto quando mencionado em contrário)

Ativos	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	21.112	15.663	28.951.821	7.910.252
Títulos e valores mobiliários	5	7.115.515	130.162.774	54.090.365	163.978.449
Contas a receber	6	-	-	14.116.408	1.412.946
Adiantamentos a fornecedores		21.179	-	119.031	71.238
Despesas antecipadas		-	1.759	10.310	1.759
Impostos a recuperar	7	5.260.013	750.187	5.556.044	969.104
Dividendos a receber	23.3	16.607.314	-	-	-
		<u>29.025.133</u>	<u>130.930.383</u>	<u>102.843.979</u>	<u>174.343.478</u>
Não circulante					
Depósito judiciais		-	-	3.031	3.031
Empréstimos - partes relacionadas	23.2	17.080.667	78.446.167	-	-
Investimentos em participações societárias	8	279.653.616	208.458.485	-	-
Imobilizado	9	-	1.345	714.847.658	596.211.368
Intangíveis	10	-	-	91.096	91.096
Direito de uso de arrendamento	11	-	-	13.488.126	13.714.309
		<u>296.734.283</u>	<u>286.905.997</u>	<u>728.429.911</u>	<u>610.019.804</u>
Total de ativos		<u>325.759.416</u>	<u>417.836.380</u>	<u>831.273.890</u>	<u>784.363.282</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

VDB F3 Geração de Energia S.A.

Balancos patrimoniais em 31 dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais, exceto quando mencionado em contrário)

		Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Contas a pagar	13	103.345	113.094	10.446.734	17.628.985
Tributos a recolher	12	187.131	72.495	4.261.719	176.024
Adiantamentos de clientes		-	-	101.560	86.945
Empréstimos e financiamentos	14	-	-	20.176.094	-
Debêntures a pagar	15	50.166.754	78.760.659	50.166.754	78.760.659
Dividendos a pagar	16.3	14.597.650	-	14.597.650	-
Arrendamentos mercantil	11	-	-	1.510.615	1.139.964
Provisão para IRPJ e CSLL correntes		-	-	9.122.657	526.094
		<u>65.054.880</u>	<u>78.946.248</u>	<u>110.383.783</u>	<u>98.318.671</u>
Não circulante					
Contas a pagar - partes relacionadas	23.1	21.688	509	21.688	32.000.509
Empréstimos e financiamentos	14	-	-	443.968.035	300.510.896
Debêntures a pagar	15	-	131.179.881	-	131.179.881
Arrendamentos mercantil	11	-	-	15.782.805	14.600.065
Provisão para IRPJ e CSLL diferidos		-	-	434.731	43.518
		<u>21.688</u>	<u>131.180.390</u>	<u>460.207.259</u>	<u>478.334.869</u>
Patrimônio líquido					
Capital social	16.1	213.816.700	213.816.700	213.816.700	213.816.700
Reserva legal	16.2	3.073.190	-	3.073.190	-
Dividendos adicionais propostos	16.4	43.792.958	-	43.792.958	-
Prejuízos acumulados		-	(6.106.958)	-	(6.106.958)
Total do patrimônio líquido		<u>260.682.848</u>	<u>207.709.742</u>	<u>260.682.848</u>	<u>207.709.742</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>325.759.416</u>	<u>417.836.380</u>	<u>831.273.890</u>	<u>784.363.282</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

VDB F3 Geração de Energia S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais, exceto quando mencionado em contrário)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Receitas e custos operacionais					
Receita líquida de vendas	17	-	-	143.470.654	1.069.574
Custos das vendas	18	-	-	(54.488.155)	(343.821)
Lucro bruto		-	-	88.982.499	725.753
Despesas administrativas	19	(967.267)	(890.083)	(2.372.349)	(1.620.038)
Participação nos lucros de controladas	8	71.740.672	(8.551)	-	-
Outras receitas operacionais	20	-	-	35.000.403	29.033
Lucro (Prejuízo) operacional		70.773.405	(898.634)	121.610.553	(865.252)
Despesas financeiras	21	(21.603.391)	(5.529.511)	(54.943.624)	(5.529.511)
Receitas financeiras	21	18.400.742	5.458.451	17.436.720	5.458.451
Resultado financeiro		(3.202.649)	(71.060)	(37.506.904)	(71.060)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		67.570.756	(969.694)	84.103.649	(936.312)
Imposto renda e contribuição social	22	-	-	(16.532.893)	(33.382)
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício		67.570.756	(969.694)	67.570.756	(969.694)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

VDB F3 Geração de Energia S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais, exceto quando mencionado em contrário)

	Controladora		Consolidado	
	<u>2022</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	67.570.756	(969.694)	67.570.756	(969.694)
(+/-) Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Resultado abrangente do exercício	<u>67.570.756</u>	<u>(969.694)</u>	<u>67.570.756</u>	<u>(969.694)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

VDB F3 Geração de Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido – Controladora e Consolidado

Exercícios findos em 31 dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais, exceto quando mencionado em contrário)

	<u>Capital social</u>	<u>Adiantamento para futuro aumento de capital</u>	<u>Reserva legal</u>	<u>Dividendos adicionais propostos</u>	<u>Lucros (prejuízos) acumulados</u>	<u>Total do patrimônio líquido</u>
Saldo em 1º de janeiro de 2021	67.416.700	61.800.000	-	-	(5.137.264)	124.079.435
Subscrição de capital (Nota 16.1)	146.400.000	(77.400.000)	-	-	-	69.000.000
Aporte de capital (Nota 16.1)	-	15.600.000	-	-	-	15.600.000
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(969.694)	(969.694)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	<u>213.816.700</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(6.106.958)</u>	<u>207.709.742</u>
Lucro líquido do exercício					67.570.756	67.570.756
Destinação do lucro líquido do exercício						-
Reserva legal (Nota 16.2)	-	-	3.073.190	-	(3.073.190)	-
Dividendos a pagar (Nota 16.3)	-	-	-	-	(14.597.650)	(14.597.650)
Dividendos adicionais propostos (Nota 16.4)	-	-	-	43.792.958	(43.792.958)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	<u>213.816.700</u>	<u>-</u>	<u>3.073.190</u>	<u>43.792.958</u>	<u>-</u>	<u>260.682.848</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

VDB F3 Geração de Energia S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais, exceto quando mencionado em contrário)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	67.570.756	(969.694)	67.570.756	(969.694)
Ajustes de despesas e receitas que não envolvem recurso do caixa:				
Depreciação	-	-	25.170.652	-
Provisão de juros sobre empréstimos	-	-	29.691.966	-
Provisão de juros sobre debêntures	21.329.912	4.869.650	21.329.912	4.869.650
Amortização ativos - direito de uso	-	-	457.183	-
Juros sobre arrendamentos	-	-	1.429.625	-
Rendimentos de títulos e valores mobiliários	(6.223.754)	(1.004.951)	(17.129.146)	(3.377.967)
Rendimento de mútuo com partes relacionadas	(12.176.987)	(4.453.500)	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	-	-	391.213	33.382
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	-	16.317.648	-
Resultado de equivalência patrimonial	(71.740.668)	8.551	-	-
Reversão da despesa de arrendamento	-	-	(465.922)	-
	(1.240.741)	(1.549.944)	144.763.887	555.371
Variações dos ativos e passivos operacionais				
Contas a receber de clientes	-	-	(12.703.462)	(1.412.946)
Adiantamentos	(21.180)	-	(47.794)	(69.050)
Despesas antecipadas	1.758	(1.160)	(8.552)	(1.160)
Tributos a recuperar	(4.509.828)	(746.521)	(4.586.941)	(772.421)
Tributos a recolher	114.635	53.457	4.085.696	(270.287)
Contas a pagar	(9.750)	63.594	(2.618.793)	585.281
Contas a pagar - partes relacionadas	21.178	505	(31.978.817)	17.686.847
Outros passivos	-	-	14.617	86.945
	(4.403.187)	(630.125)	(47.844.046)	15.833.209
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(7.721.085)	(2.932.545)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	(5.643.928)	(2.180.069)	89.198.756	13.456.035

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

VDB F3 Geração de Energia S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais, exceto quando mencionado em contrário)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Pagamentos na aquisição de imobilizado	-	(1.345)	(146.915.668)	(418.218.273)
Aporte de capital nas investidas	(16.061.772)	(84.095.000)	-	-
Empréstimos concedidos a partes relacionadas	(18.862.230)	-	-	-
Recebimentos de empréstimos de partes relacionadas - principal	76.122.949	100.000	-	-
Recebimentos de juros sobre empréstimos - partes relacionadas	16.642.488	-	-	-
IOF pagos de empréstimos parte relacionada	(360.719)	-	-	-
Reversão de capex - imobilizado	1.345	-	(634.925)	-
Aplicações em títulos e valores mobiliários	(123.017.475)	(130.288.582)	(860.485.575)	(453.265.816)
Resgate de títulos e valores mobiliários	252.288.489	1.859.559	987.502.534	359.510.362
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de investimentos	186.753.075	(212.425.368)	(20.533.034)	(511.973.727)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Aumento de capital	-	69.000.000	-	69.000.000
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	15.600.000	-	15.600.000
Captação de debêntures	50.000	130.000.000	50.000	130.000.000
Empréstimos obtidos	-	-	133.941.268	286.395.910
Pagamento de debêntures	(173.726.651)	-	(173.726.651)	-
Pagamento de juros sobre debêntures	(7.427.047)	-	(7.427.047)	-
Pagamento direito de uso do arrendamento	-	-	(461.123)	-
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	5.339.398
Caixa líquido gerado (consumido) nas atividades de financiamento	(181.103.698)	214.600.000	(47.623.553)	506.335.308
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	5.449	(5.437)	21.041.569	7.817.616

VDB F3 Geração de Energia S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 dezembro de 2022 e 2021

(Em Reais, exceto quando mencionado em contrário)

Variação do caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	15.663	21.100	7.910.252	92.636
No final do exercício	21.112	15.663	28.951.821	7.910.252
	<u>5.449</u>	<u>(5.437)</u>	<u>21.041.569</u>	<u>7.817.616</u>

Informações suplementares sobre transações que não envolvem caixa

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2022</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Resultado financeiro capitalizado:				
Resultado com instrumentos derivativos	-	-	-	(5.339.398)
Provisão de juros sobre empréstimos	-	-	29.691.966	14.114.986
Juros sobre arrendamentos	-	-	1.429.623	1.316.647
Outras transações:				
Dividendos propostos a receber	16.607.314	-	-	-
Dividendos propostos e não pagos	14.597.650	-	14.597.650	-
Subscrição de capital com AFAC	3.750.000	-	3.750.000	-
Reavaliação do direito de uso e passivo de arrendamento	-	-	584.891	586.518
Capitalização da amortização direito de uso	-	-	819.813	-
Baixa de adiantamento - Capex	-	-	4.563.462	197.815

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais, exceto quando mencionado em contrário)

1 Contexto operacional

A VDB F3 Geração de Energia S.A. (“Companhia”) é uma companhia anônima de capital fechado, sediada no Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na avenida Almirante Barroso, nº52, 18º andar, Centro, e foi constituída em 9 de fevereiro de 2017.

A Companhia tem por objeto social o propósito específico de implantar e explorar centrais geradoras eólicas, no projeto Ventos da Bahia Fase III, sendo Parque Eólico Ventos da Bahia XIII (“Ventos da Bahia XIII”), Parque Eólico Ventos da Bahia XIV (“Ventos da Bahia XIV”), Parque Eólico Ventos da Bahia XXIII (“Ventos da Bahia XXIII”) e Parque Eólico Ventos da Bahia XXVII (“Ventos da Bahia XXVII”), já constituídas após a autorização ANEEL, obtida no leilão LER de 13 de novembro de 2015, 8º LER da ANEEL, edital nº 09/2015.

Em 23 de dezembro de 2022, a Omega Geração S.A. adquiriu 50% das ações da Companhia, o qual a EDF EN do Brasil Participações S.A possuía 100% de participação. A partir desta data, a Omega Geração S.A. passou a deter 50% de participação na Companhia, tendo seu controle compartilhado com a EDF EN do Brasil Participações S.A.

O passivo circulante excede o total do ativo circulante em R\$ 36.029.747 na controladora (em 31 de dezembro de 2021 o ativo circulante excedia o passivo circulante em R\$ 51.984.135) e no consolidado o passivo circulante excede o total do ativo circulante em R\$ 7.539.804 (em 31 de dezembro de 2021 o ativo circulante excedia o passivo circulante em R\$ 76.024.087). A Administração entende que apesar de tal fluxo de recursos estar previsto em seu plano de negócios, vem trabalhando para a captação de novos recursos financeiros com instituições financeiras terceiras, conforme ocorrido ao longo de 2022 com a emissão das debêntures, além de contar também com o suporte financeiro de sua controladora, a EDF EN do Brasil Participações Ltda. Com a entrada em operação de todos os complexos ao longo do exercício de 2022, espera-se a entrada de recursos também provenientes do fluxo operacional da Companhia.

A Administração reforça o seu comprometimento em honrar todos os compromissos assumidos com a ANEEL nos contratos de venda de energia já firmados.

1.1 Da autorização para operação

A segunda fase de projetos eólicos a serem desenvolvidos na região, denominada Ventos da Bahia Fase III, está localizada no município de Mulungu do Morro - BA (região da Chapada Diamantina) e a autorização para exploração foi adquirida no leilão de energia de reserva (LER), realizado pela ANEEL em Novembro de 2015, conforme estabelecido nas portarias MME nº 70 de 16 de março de 2015. Foram vendidos em leilão 174,9 MW ao preço de R\$ 203,96/MWh (data base novembro 2015).

Após o êxito, nesse leilão, foram constituídas quatro novas empresas Parque Eólico Ventos da Bahia XIII, Parque Eólico Ventos da Bahia XIV, Parque Eólico Ventos da Bahia XXIII e Parque Eólico Ventos da Bahia XXVII, que representam os parques eólicos que produzirão os 174,9 MW contratados. A entrada em operação dos parques iniciou de forma parcial em dezembro de 2021 e foi concluída em julho de 2022. As cláusulas previstas no contrato de venda de energia obtido em leilão (PPA) com entrega contratada a partir de 2022, conforme descrição abaixo:

Empresas constituídas	Capacidade	
Parque Eólico Ventos da Bahia XIII S/A	47,7	MW
Parque Eólico Ventos da Bahia XIV S/A	31,8	MW
Parque Eólico Ventos da Bahia XXIII S/A	47,7	MW
Parque Eólico Ventos da Bahia XXVII S/A	47,7	MW
	<u>174,9</u>	<u>MW</u>

A apuração de energia produzida será mensal, sendo que, desvios negativos deverão ser restituídos pelas Companhias. Desvios positivos serão pagos de acordo com tarifa pré-estabelecida em contrato.

No dia 23 de janeiro de 2019, as quatro novas companhias obtiveram, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), outorga pelo prazo de 35 anos, contados a partir da sua publicação no D.O., para construção, operação e manutenção das instalações das usinas eólicas.

Apresentamos abaixo as principais características técnicas do projeto:

- (i) Linha de transmissão 230 kV, com extensão aproximada de 13,3 km, conectando a Subestação Elevadora Ventos da Bahia Fase III de 34,5/230kV na Substação Ventos da Bahia Fase II, tendocomo ponto de conexão final a Subestação Morro do Chapéu II;
- (ii) Subestação Morro do Chapéu II em 500/230kV de propriedade da CHESF; e
- (iii) Entradas de linha na Subestação Ventos da Bahia II em 230 kV.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BR GAAP”), que compreendem aquelas incluídas nas legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).

Adicionalmente, a Companhia considerou a Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria em 31 de março de 2023.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido pelas normas contábeis.

A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1 ou 2 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na Nota 24.

2.3 Mensuração do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (Impairment) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos.

Os ativos e passivos financeiros mensurados ou divulgados ao valor justo foram classificados no nível 2 de hierarquia do valor justo, que é apurado mediante informações que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).

A classificação da mensuração do valor justo está apresentada na Nota 24.

a. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de entidades controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente através de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia: (i) tem poder sobre a investida; (ii) está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e (iii) tem a capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar seus retornos.

A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros da Companhia, são totalmente eliminados na consolidação. Qualquer investimento retido é reconhecido a valor justo na data em que o controle é perdido.

b. Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta, ou tem direitos sobre, os retornos variáveis advindo de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a mesma. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as demonstrações financeiras de controladas são reconhecidas através de método de equivalência patrimonial.

Para cálculo de equivalências patrimoniais e consolidação são utilizadas as demonstrações financeiras das controladas na mesma data-base das demonstrações financeiras.

Controladas	Atividade	% Participação
Parque Eólico Ventos da Bahia XIII S/A	Geração de energia eólica	100%
Parque Eólico Ventos da Bahia XIV S/A	Geração de energia eólica	100%
Parque Eólico Ventos da Bahia XXIII S/A	Geração de energia eólica	100%
Parque Eólico Ventos da Bahia XXVII S/A	Geração de energia eólica	100%

c. Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intergrupo e quaisquer receitas ou despesas derivadas entre empresas são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com Companhia investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidencia de perda por redução ao valor recuperável.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (moeda funcional). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional e apresentação da Companhia.

2.5 Uso de estimativas e julgamento

Na aplicação das políticas e práticas contábeis da Companhia descritas na nota explicativa nº 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes.

As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este exercício, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como exercícios futuros.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nos próximos exercícios, estão contempladas a seguir:

(i) Provisão para desmobilização

A Administração da Companhia entende não ser aplicável e nem necessário reconhecer provisão para os custos de desmobilização na demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022, em função do valor remanescente estimado dos ativos de operação ser superior aos custos observados no grupo para encerramento das atividade e/ou desmobilização desses ativos ao final do prazo contratual de operação, , baseado no resultado de estudo interno elaborado pela Companhia com aplicação de taxa de desconto livre de risco. Adicionalmente, a Companhia já considera em seu fluxo operacional a manutenção e o emprego de dispêndios necessários capazes de manter o parque operando por prazos superiores ao contratual estabelecido.

(ii) Provisões para contingências judiciais

Em consonância com o CPC 25, uma provisão contingente só é reconhecida quando a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado em que seja provável que será necessária uma saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação e, finalmente, quando seu valor possa ser razoavelmente confiável. Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

A avaliação da probabilidade de perda inclui, além do conceito evidenciado no CPC 25, a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

(iii) Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

O imposto de renda e a contribuição social (corrente e diferido) são calculados de acordo com interpretações da legislação em vigor. Este processo normalmente envolve estimativas complexas para determinar o lucro tributável e as diferenças. Em particular, o crédito fiscal diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias é reconhecido na proporção da probabilidade de que o lucro real futuro esteja disponível e possa ser utilizado. A mensuração da recuperabilidade do imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias leva em consideração a estimativa de lucro tributável (Nota 22).

2.6 Classificação corrente versus não corrente

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e
- É caixa ou equivalente de caixa (conforme definido no Pronunciamento Técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa), a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes. Um passivo é classificado não circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e
- A entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os passivos fiscais diferidos são classificados no passivo não circulante.

3 Resumo das principais políticas e práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente no exercício e período apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

3.1 Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, de acordo com as seguintes categorias:

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com - reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

(ii) Ativos financeiros ao custo amortizado

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes e com partes relacionadas, caixas e equivalentes de caixa.

(iii) Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes. No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

(iv) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Desreconhecimento

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Não existem operações com instrumentos derivativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

(v) Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: contas a pagar, contas a pagar com partes relacionadas e empréstimos com terceiros.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, quando aplicável.

3.2 Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros de alta liquidez todos com conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

3.3 Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários, referem-se a investimentos financeiros que não são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, ainda que possuam opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade. Os investimentos financeiros referem-se a fundos de investimentos e aplicações pós-fixada e estão atreladas à taxa de Certificados de Depósito Interbancário (CDI). As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

A Companhia e suas controladas também possuem investimentos financeiros cujo os resgates são limitados para fins que não sejam relacionados a aqueles que deram origem à obtenção dos recursos.

3.4 Contas a receber

Referem-se a valores a receber referente à venda de energia realizada. Os montantes estão deduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização. A provisão para perdas de créditos esperadas é estabelecida para reconhecer as perdas prováveis de contas a receber, levando-se em consideração as medidas implementadas para restringir a prestação de serviços a clientes com contas em atraso e para cobrar clientes inadimplentes (quando aplicável), conforme montantes disponibilizados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

A Administração avalia periodicamente sua carteira de recebíveis e concluiu que não há histórico de perdas e nem perdas esperadas com as contas a receber da Companhia e, portanto, entende não ser necessária a constituição de provisão para perdas de créditos esperadas, conforme CPC 48.

3.5 Investimentos em controladas

O investimento em controladas (Parque Eólico Ventos da Bahia XIII S.A, Parque Eólico Ventos da Bahia XIV S.A, Parque Eólico Ventos da Bahia XXIII S.A e Parque Eólico Ventos da Bahia XXVII S.A) é avaliado pelo método de equivalência patrimonial das informações financeiras individuais.

As mudanças na participação relativa da controladora sobre a controlada que não resultem em perda de controle devem ser contabilizadas como transações de capital (ou seja, transações com sócios, na qualidade de proprietários), e não resultado ou no resultado abrangente. Em tais circunstâncias, o valor contábil da participação dos não controladores devem ser ajustados para refletir as mudanças nas suas participações relativa nas controladas.

3.6 Imobilizado

O imobilizado está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo através de laudo técnico, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados na data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

O valor recuperável do ativo imobilizado é testado sempre que eventos ou mudanças indiquem que o valor contábil pode não ser recuperado. A Administração procedeu com a revisão da vida útil dos ativos e das premissas requeridas no CPC 01 e nenhum indicador interno ou externo foi identificado.

3.7 Ativo intangível

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

A amortização é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de eventuais mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não foram identificados ajustes nos valores dos ativos registrados.

3.8 Redução ao valor recuperável dos ativos (impairment)

(i) Ativos financeiros

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

(ii) Ativos não financeiros

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC").

A Companhia não identificou indicadores de redução ao valor recuperável de seus ativos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Empréstimos, financiamentos e debêntures

Os empréstimos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado.

As despesas com juros são reconhecidas com base no método da taxa de juros ao longo prazo do empréstimo de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros são incluídos em despesa financeiras.

A Companhia optou por apresentar os juros pagos de empréstimos como atividade de financiamento nos seus fluxos de caixa, conforme permitido pelo CPC 03 (R2), item 34A.

Debêntures

Em 10 de dezembro de 2020 a Companhia assinou instrumento de emissão de debêntures de oferta pública, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM 476 e demais disposições legais aplicáveis, em série única. O agente fiduciário responsável pela emissão é a Pentágono S.A. Distribuição de Títulos e Valores Mobiliários.

3.9 Provisões

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação contratual, ou não formalizada, como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

3.10 Contas a pagar

O contas a pagar é reconhecido quando a Companhia possui uma obrigação contratual formalizada, como resultado de um evento passado, confiavelmente estimada e com desembolso de caixa provável. Encontram-se atualizados, quando pertinente, às taxas de câmbio e encargos financeiros, nos termos dos contratos vigentes, de modo que reflitam os valores incorridos até a data do balanço.

3.11 Resultado financeiro

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre as aplicações financeiras, juros sobre atraso no recebimento de cliente, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e variações de swaps. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, debêntures, ajustes de desconto a valor presente e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos

3.12 Receita de contrato com cliente

A receita de contrato com cliente é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca desses bens ou serviços. A Companhia concluiu, de modo geral, no que tange a geração de energia, a transferência de propriedade e dos riscos e benefícios acontece a partir do momento que a energia é disponibilizada no ponto de conexão da rede.

As receitas de venda de energia são registradas com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. É reconhecida quando existe evidência convincente de que os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, sendo provável que os benefícios econômicos associados às transações fluirão para a Companhia e o valor da receita puder ser mensurado com confiabilidade. Os registros das operações de compra e venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas ou por estimativa da Administração.

3.13 Tributos

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende o imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos, que são apresentados de forma segregada nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

A Companhia está sujeita ao regime do lucro real enquanto as empresas operacionais (controladas) estão sujeitas ao lucro presumido (regime de caixa) de apuração dos tributos sobre o resultado.

(i) Lucro presumido

As empresas classificadas no lucro presumido têm a base de cálculo do imposto de renda e contribuição social determinada mediante a aplicação da alíquota de presunção sobre a receita bruta, sendo 8% para IRPJ e 12% para CSLL, acrescida das demais receitas. Após a formação da base de cálculo, é aplicada a alíquota do IRPJ de 15%, e para a parcela da base que exceder R\$ 60 no trimestre terá a aplicação de 10% de adicional. Para contribuição social a alíquota aplicada sobre a base de cálculo é de 9%.

(ii) Lucro real

A Companhia tem o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

(iii) Tributos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

(iv) Tributos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, no fim de cada exercício de relatório, entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos.

3.14 Arrendamento mercantil

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento mercantil (“arrendamento”). Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia e suas controladas utilizam a definição de arrendamento no CPC 06 (R2).

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear, desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

O passivo de arrendamento é remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar suas avaliações se exercerão uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

3.15 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

(i) Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

Na data de autorização destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia não aplicou as normas e interpretações novas e revisadas que foram emitidas, mas ainda não tem sua adoção mandatória:

<u>Norma ou interpretação</u>	<u>Descrição</u>	<u>Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após</u>
Alterações CPC 32 (IAS 12)	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	01/01/2023
Alterações CPC 23 (IAS 8)	Definição de estimativa contábil	01/01/2023
Alterações CPC 26 (IAS 1)	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	01/01/2023
Alterações CPC 50 (IFRS 17)	IFRS 17 Contratos de Seguro	01/01/2023
Alterações CPC 36 e CPC 18 (IFRS 10 e IAS 28)	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto	A ser definido

Não é esperado pela Administração em sua análise preliminar que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia em períodos futuros.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Bancos	21.112	15.663	28.951.821	7.910.252
	<u>21.112</u>	<u>15.663</u>	<u>28.951.821</u>	<u>7.910.252</u>

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado estão incluídas na Nota 24.

5 Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Títulos e valores mobiliários	7.115.515	130.162.774	54.090.365	163.978.449
	<u>7.115.515</u>	<u>130.162.774</u>	<u>54.090.365</u>	<u>163.978.449</u>

Referem-se substancialmente a cotas de fundos de investimento, títulos CDB renda fixa e Contas garantias, todos vinculados a taxas pós-fixadas e com rentabilidade média em 2022, sobre o DI CETIP ("CDI") 100% (96,17% em 2021) (rentabilidade do FIC Soberano DI Santander).

As operações compromissadas, lastreadas por debêntures, registradas na CETIP ou SELIC, quando aplicável, possuem garantia de recompra diária a uma taxa previamente estabelecida pelas instituições financeiras (ver Nota 3.1).

6 Contas a receber de clientes

	Consolidado	
	2022	2021
Contratos de energia de reserva	11.650.772	1.118.439
Contratos de mercado de curto prazo a faturar (CCEE)	5.025	294.507
Contratos de mercado de curto prazo	2.455.444	-
Outras receitas	5.167	-
	<u>14.116.408</u>	<u>1.412.946</u>

A Companhia avaliou seus históricos de recebimentos e identificou que não estão expostas a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais. O montante a receber de energia de curto prazo é administrado pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais. Portanto, após as devidas análises não foi identificada a necessidade de eventuais perdas esperadas.

Não há histórico ou expectativa futura de perdas com as contas a receber da Companhia. Portanto, não se faz necessária a constituição de perda de crédito esperada.

O saldo do compromisso mensal tem um giro médio de 30 dias, contudo o excedente ao compromisso, conforme as regras do contrato, poderá ser recebido anualmente, ao fim do quadriênio ou compensado com eventuais déficits em relação ao compromisso dos anos contratuais seguintes.

7 Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
IRPJ	543.817	543.817	543.817	543.817
PIS	5.335	-	5.335	-
ISS	-	-	85.986	85.986
IRRF	4.476.732	5.069	4.592.193	43.416
INSS	-	-	94.584	94.584
CSLL	201.301	201.301	201.301	201.301
COFINS	32.828	-	32.828	-
	<u>5.260.013</u>	<u>750.187</u>	<u>5.556.044</u>	<u>969.104</u>

Os créditos fiscais acima, em sua maioria, referem-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte sobre os rendimentos de aplicação financeira e juros sobre empréstimos, não utilizados e que podem ser recuperados a qualquer momento pela Companhia e atualizados à taxa de juros SELIC, podendo ser utilizados para pagamento de qualquer tributo administrado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

8 Investimentos em Companhias controladas

A Companhia possui o controle integral de todas as suas controladas (ver Nota 2.3 (b)).

	Ventos da Bahia XIII	Ventos da Bahia XIV	Ventos da Bahia XXIII	Ventos da Bahia XXVII	Total
Saldo em 31/12/2021	58.239.988	35.232.315	56.571.441	58.414.739	208.458.485
Aporte de capital	1.506.735	5.595.117	5.394.093	3.565.830	16.061.775
Equivalência patrimonial	19.938.997	12.028.354	19.500.423	20.272.898	71.740.672
Dividendos a receber	(4.674.170)	(2.797.574)	(4.474.267)	(4.661.300)	(16.607.312)
Saldo em 31/12/2022	<u>75.011.550</u>	<u>50.058.213</u>	<u>76.991.690</u>	<u>77.592.163</u>	<u>279.653.616</u>

	Ventos da Bahia XIII	Ventos da Bahia XIV	Ventos da Bahia XXIII	Ventos da Bahia XXVII	Total
Saldo em 31/12/2020	32.149.199	23.042.013	36.272.052	32.908.771	124.372.036
Aporte de capital	25.855.000	12.050.000	20.490.000	25.700.000	84.095.000
Equivalência patrimonial	235.789	140.302	(190.611)	(194.031)	(8.551)
Saldo em 31/12/2021	<u>58.239.988</u>	<u>35.232.315</u>	<u>56.571.441</u>	<u>58.414.739</u>	<u>208.458.485</u>

Abaixo, apresentamos as principais informações financeiras das controladas em 31 de dezembro de 2022 e 2021:

	2022				Total
	Ventos da Bahia XIII	Ventos da Bahia XIV	Ventos da Bahia XXIII	Ventos da Bahia XXVII	
Ativos circulantes	24.648.086	22.095.161	21.065.550	22.651.334	90.460.131
Ativos não circulantes	189.290.472	134.450.698	203.161.404	201.527.339	728.429.913
Passivos circulantes	17.218.155	11.035.276	17.750.979	15.931.813	61.936.223
Passivos não circulantes	121.708.853	95.452.370	129.484.285	130.654.697	477.300.205
Patrimônio líquido	55.072.548	38.029.857	57.491.265	57.319.267	207.912.937
Resultado	19.938.997	12.028.354	19.500.423	20.272.898	71.740.672

	2021				Total
	Ventos da Bahia XIII	Ventos da Bahia XIV	Ventos da Bahia XXIII	Ventos da Bahia XXVII	
Ativos circulantes	8.216.926	7.905.851	17.214.358	10.078.168	43.415.303
Ativos não circulantes	166.273.232	117.299.757	165.314.035	161.131.434	610.018.458
Passivos circulantes	6.916.881	2.709.659	2.017.019	7.728.867	19.372.426
Passivos não circulantes	109.333.292	87.263.634	123.939.933	105.065.995	425.602.854
Patrimônio líquido	58.004.199	35.092.013	56.762.052	58.608.772	208.467.036
Resultado	235.786	140.302	(190.611)	(194.032)	(8.555)

9 Imobilizado

	Consolidado						
	2022						
Taxa de depreciação	Saldo em 31/12/2021	Adição	Transferência	Reversão CAPEX	Depreciação	Saldo em 31/12/2022	
Aerogeradores eólicos	4%	93.486.723	134.852.922	515.348.130	(3.928.539)	(25.170.652)	714.588.584
Adiantamento para aquisição de ativos		381.930.416	418.636	(382.090.828)	-	-	258.224
Instalações em construção		94.840.100	7.931.034	(102.770.284)	-	-	850
Capitalização do resultado financeiro		25.954.129	4.532.889	(30.487.018)	-	-	-
Total		596.211.367	147.735.481	-	(3.928.539)	(25.170.652)	714.847.658
Custo		596.211.368					740.018.310
Depreciação acumulada		-					(25.170.652)
Imobilizado líquido		596.211.368					714.847.658

	Consolidado						
	2021						
Taxa de depreciação	Saldo em 31/12/2020	Adição	Transferência	Reversão CAPEX	Depreciação	Saldo em 31/12/2021	
Aerogeradores eólicos	4%	-	-	93.486.723	-	-	93.486.723
Adiantamento para aquisição de ativos		71.037.167	340.596.573	(29.703.324)	-	-	381.930.416

Instalações em construção	87.828.627	71.407.889	(64.198.601)	(197.815)	-	94.840.100
Capitalização do resultado financeiro	5.764.106	19.774.821	415.202	-	-	25.954.129
Total	<u>165.429.900</u>	<u>431.779.283</u>	<u>-</u>	<u>(197.815)</u>	<u>-</u>	<u>596.211.368</u>
Custo	<u>164.629.900</u>					<u>596.211.368</u>
Imobilizado líquido	<u>164.629.900</u>					<u>596.211.368</u>

10 Intangível

		Consolidado	
		Saldo em	Saldo em
		31/12/2021	31/12/2022
Gastos com projetos eólicos		91.096	91.096
Total		91.096	91.096
Custo		91.096	91.096
Intangível líquido		<u>91.096</u>	<u>91.096</u>

		Consolidado	
		Saldo em	Saldo em
		31/12/2020	31/12/2021
Gastos com projetos eólicos		91.096	91.096
Total		91.096	91.096
Custo		91.096	91.096
Intangível líquido		<u>91.096</u>	<u>91.096</u>

- (i) Os ativos intangíveis compreendem licenças ambientais, de instalações, outorgas, contratos de fundiários dentre outras autorizações e gastos pertinentes ao projetos eólicos.

11 Direito de uso e passivo e arrendamentos mercantil

Na transição, os passivos de arrendamento forma mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes (sem considerar reajustes inflacionários futuros), descontados à taxa incremental nominal de 9,4%, obtida com base nos seus respectivos empréstimos. Os ativos de direito de uso serão mensurados pelo valor igual ao passivo de arrendamento, e, quando aplicável, ajustados pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento antecipados ou acumulados referentes a esse arrendamento que tiver sido reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da aplicação inicial.

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Companhia possui 9 contratos de aluguel reconhecidos em seu balanço patrimonial, a seguir:

a) Direito de uso

					Consolidado
					2022
Direito de Uso de Arrendamentos	Saldo em 31/12/2021	Reajuste Contratual	Depreciação	Baixa	Saldo em 31/12/2022
Aluguel de imóveis	13.714.309	1.050.813	(457.183)	(819.812)	13.488.126
	13.714.309	1.050.813	(457.183)	(819.812)	13.488.126
					Consolidado
					2021
Direito de Uso de Arrendamentos	Saldo em 01/01/2021	Reajuste Contratual	Depreciação	Baixa	Saldo em 31/12/2021
Aluguel de imóveis	13.127.791	586.518	-	-	13.714.309
	13.127.791	586.518	-	-	13.714.309

b) Passivo de arrendamento

					Consolidado
					2022
Passivo de arrendamento	Saldo em 31/12/2021	Reajuste Contratual	Juros	Pagamentos	Saldo em 31/12/2022
Aluguel de imóveis	15.740.029	584.891	1.429.625	(461.124)	17.293.420
	15.740.029	584.891	1.429.625	(461.124)	17.293.420
Circulante					1.510.615
Não circulante					15.782.805
					Consolidado
					2021
Passivo de arrendamento	Saldo em 01/01/2021	Reajuste Contratual	Juros	Pagamentos	Saldo em 31/12/2021
Aluguel de imóveis	13.836.865	586.518	1.316.647	-	15.740.029
	13.836.865	586.518	1.316.647	-	15.740.029
Circulante					1.139.964
Não circulante					14.600.065

12 Tributos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
PIS sobre faturamento	25.026	8.744	197.588	17.928
COFINS sobre faturamento	154.004	53.770	950.444	96.158
Tributos retidos na fonte	2.364	9.981	3.107.875	61.863
PIS	5.737	-	5.737	-
Outros	-	-	75	75
	<u>187.131</u>	<u>72.495</u>	<u>4.261.719</u>	<u>176.024</u>

Os impostos e contribuições acima provisionados foram liquidados no mês de janeiro subsequente a cada exercício.

13 Contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Serviços prestados	102.915	113.094	1.858.204	369.577
Aquisição de materiais	-	-	4.502	2.821
Aquisição de imobilizado (i)	-	-	1.143.785	16.755.901
Custo com energia elétrica	-	-	437.704	-
Provisões para aquisição de imobilizado	-	-	3.067.419	-
Serviços de manutenção	-	-	1.423.495	114.395
Mercado de curto prazo a pagar	-	-	2.361.192	343.821
Outras aquisições	430	-	150.432	42.470
	<u>103.345</u>	<u>113.094</u>	<u>10.446.734</u>	<u>17.628.985</u>

(i) Com a conclusão da construção, o contas a pagar referente ao imobilizado tem relevante redução

14 Empréstimos e financiamentos

Em 29 de abril de 2020, as Companhias controladas firmaram contrato de financiamento mediante a abertura de crédito com o BNB - Banco do Nordeste do Brasil S.A., no montante de R\$ 420.337.177,65. A liberação do empréstimo em questão teve início ao longo do exercício de 2021, tendo ocorrido a liberação total até 31 de dezembro de 2022. O objetivo desta captação foi para implantação (construção) do parque eólico. Sobre o principal da dívida incidem IPCA (mais juros de 1,60% a.a., com exigibilidade mensal, após o termino do período de carência, em 15 de junho de 2023. O valor do principal será amortizado em 252 prestações mensais. Abaixo, apresentamos as principais características:

a) Linha de crédito

	<u>Moeda</u>	<u>Encargos anuais</u>	<u>Taxa efetiva</u>	<u>Vencimentos</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Principal BNB PROINFRA	R\$	IPCA+1,60%	7,47%	2022 a 2044	420.337.178	286.395.910
Juros		-	-	-	<u>43.806.952</u>	<u>14.114.986</u>
					<u>464.144.129</u>	<u>300.510.896</u>
Passivo circulante					20.176.094	-
Passivo não circulante					443.968.035	300.510.896

b) Movimentação dos empréstimos

O saldo de empréstimos consolidado está demonstrado abaixo:

Saldo em 31/12/2020	-	Saldo em 31/12/2021	300.510.896
(+) Aquisição principal	286.395.910	(+) Aquisição principal	133.941.269
(+) Juros apropriados	14.114.986	(+) Juros apropriados	29.691.965
Saldo em 31/12/2021	300.510.896	Saldo em 31/12/2022	464.144.129

Garantias

O empréstimo conta com fiança bancária emitidas pelos bancos BNP Paribas e Santander.

Covenants

A Companhia possui cláusulas restritivas que podem gerar devolução das fianças bancárias cedidas em garantia ao contrato de financiamento.

A partir de 2023, a Companhia deverá manter apuração semestral, durante toda a vigência das fianças bancárias, o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (“ICSD”) Consolidado, no mínimo, igual ou superior a 1,05, a ser verificado através dos balanços patrimoniais semestrais assinados ou demonstrativos consolidados e auditados.

Não há, no contrato de financiamento com o BNB, covenants financeiros para vencimento antecipado específicos para as companhias controladas.

15 Debêntures

Em 10 de dezembro de 2020, a sociedade realizou a emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória e em série única. Foram emitidas 75.000 debêntures de valor nominal unitário de R\$1.000, sendo as mesmas totalmente integralizadas no dia 16 de dezembro de 2020. O objetivo desta captação foi para implantação (construção) do parque eólico. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem CDI (4,43% em 2021) mais juros de 0,50% a.a.. O pagamento integral do juros e do principal das debêntures ocorreu no dia 22 de junho de 2022.

Em 21 de outubro de 2021, a sociedade realizou a segunda emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia fidejussória e em série única. Foram emitidas 130.000 debêntures de valor nominal unitário de R\$1.000, sendo as mesmas totalmente integralizadas no dia 29 de novembro de 2021. Sobre o valor nominal unitário das debêntures incidem CDI mais juros de 1,20% a.a.. A primeira parcela do pagamento do juros e principal ocorreu no dia 22 de dezembro de 2022 e a última parcela está programada para ocorrer na data de 21 de outubro de 2023.

Abaixo, apresentamos as principais características:

	Moeda	Encargos anuais	Taxa	Vencimentos	Controladora e Consolidado	
					2022	2021
Debêntures 1ª emissão - principal	R\$	CDI + 0,50%	4,93%	2022	-	75.000.000
Debêntures 2ª emissão - principal	R\$	CDI + 1,20%	5,63%	2023	49.999.950	130.000.000
Debêntures - juros		-	-	-	166.804	4.940.540
					<u>50.166.754</u>	<u>209.940.540</u>
Passivo circulante					50.166.754	78.760.659
Passivo não circulante					-	131.179.881

A movimentação das debentures encontra-se evidenciada abaixo:

Saldo em 31/12/2021	209.940.540	Saldo em 31/12/2020	75.070.890
(+) Aquisição principal	50.000	(+) Aquisição principal	130.000.000
(+) Juros apropriados	21.329.912	(+) Juros apropriados	4.869.650
(-) Amortização juros	(7.427.047)	(-) Amortização juros	-
(-) Amortização principal	(173.726.651)	(-) Amortização principal	-
Saldo em 31/12/2022	<u>50.166.754</u>	Saldo em 31/12/2021	<u>209.940.540</u>

Garantias

As debêntures contam com garantia fidejussória da EDF Renovables S.A., controladora indireta da Companhia, e da Omega Geração S.A., co-controladora da Companhia.

Covenants

O instrumento não contempla os covenants financeiros para vencimento antecipado.

16 Patrimônio líquido

16.1 Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 213.816.700 (R\$ 213.816.700 em 2021), totalmente subscrito em moeda corrente nacional, representado por 213.816.700 (213.816.700 em 2021) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

	<u>Participação</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
EDF EN do Brasil Participações Ltda.	50%	106.908.350	213.816.700
Ômega Geração S/A	50%	<u>106.908.350</u>	<u>-</u>
		<u>213.816.700</u>	<u>213.816.700</u>

Em 23 de dezembro de 2022, a Omega Geração S.A. adquiriu 50% das ações da Companhia, equivalente a 106.908.350 cotas, o qual a EDF EN do Brasil Participações S.A possuía 100% de participação. A partir desta data, a Omega Geração S.A. passou a deter 50% de participação na Companhia, tendo seu controle compartilhado com a EDF EN do Brasil Participações S.A.

16.2 Reserva legal

É constituída em conformidade com a Lei das Companhias por Ações na base de 5% do lucro líquido de cada exercício e deduzidos de eventuais prejuízos acumulados, até atingir 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2022, o valor constituído no exercício é de R\$ 3.073.190 (R\$ 0 em 2021), totalizando R\$ 3.073.190.

16.3 Dividendos a pagar

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Adicionalmente, a Companhia destinou os outros 75% do lucro líquido do exercício ajustado para dividendos propostos.

Em 31 de dezembro de 2022, o valor destinado para dividendos mínimos obrigatórios no exercício de 2022 é de R\$ 14.597.650 (R\$ 0 em 2021).

Os saldos de dividendos a pagar são demonstrados a seguir:

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro líquido do exercício	67.570.756	(969.694)
(-) Prejuízo acumulados anteriores	(6.106.958)	(5.137.264)
Base de cálculo dos dividendos	61.463.798	(6.106.958)
(-) Constituição da reserva legal	(3.073.190)	-
(=) Base para a distribuição dos dividendos	58.390.608	-
Dividendos a pagar	14.597.650	-
Dividendos adicionais propostos	43.792.958	-

16.4 Dividendos adicionais propostos

A proposta de distribuição de dividendos para os acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório é reconhecido em conta específica como dividendos adicionais propostos dentro da Reserva de lucros no patrimônio líquido, até que seja aprovado em Assembleia pelos acionistas, quando a reserva é revertida contra um passivo nas demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia constituiu R\$ 43.792.958 (R\$ 0 em 2021).

17 Receitas de vendas

	Consolidado	
	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receita bruta de vendas de energia (i)	148.895.705	1.118.670
Receita bruta	148.895.705	1.118.670
(-) Deduções da receita bruta		
PIS	(966.105)	(8.743)
COFINS	(4.458.946)	(40.353)
Total das deduções da receita bruta	(5.425.051)	(49.096)
Receita líquida	143.470.654	1.069.574

(i) Em 2022, a Companhia entrou em operação completa e registrou um aumento em sua receita líquida em relação ao ano anterior.

18 Custos

	Consolidado	
	2022	2021
Custos operacionais		
Seguros	(1.227.751)	-
Custo com mercado de curto prazo - MCP	(5.190.372)	(343.821)
Aquisição de energia elétrica	(7.192.232)	-
	<u>(13.610.355)</u>	<u>(343.821)</u>
Impostos e taxas		
TUSD	(11.915.691)	-
Taxa de regulamentação	(387.587)	-
	<u>(12.303.278)</u>	<u>-</u>
Serviços prestados		
Serviços de consultoria	(268.097)	-
Manutenção das instalações	(2.657.929)	-
Serviços de assessoria	(20.661)	-
	<u>(2.946.687)</u>	<u>-</u>
Depreciação		
Custo com depreciação	(25.170.652)	-
Custo com amortização do direito de uso	(457.183)	-
	<u>(25.627.835)</u>	<u>-</u>
Total dos custos de vendas	<u>(54.488.155)</u>	<u>(343.821)</u>

Em 2021, basicamente todos os custos foram capitalizados. A companhia apenas entrou em operação comercial de forma parcial no mês de dezembro de 2021. Isto justifica o significativo aumento de custos em 2022, quando o parque entra por completo em operação.

19 Despesas administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Despesas administrativas				
Condução e locomoção	-	(3.102)	-	(3.694)
Despesas legais	(15.509)	(247.603)	(147.124)	(300.919)
Material de limpeza	-	-	(6.486)	-
Seguros	(2.189)	(4.185)	(2.189)	(4.185)
Propaganda e publicidade	-	(19.010)	-	(19.010)
Outras despesas administrativas	-	-	(52.066)	-
	<u>(17.698)</u>	<u>(273.900)</u>	<u>(207.865)</u>	<u>(327.808)</u>
Impostos e taxas				
Impostos e taxas diversas	-	-	(583)	-
ICMS	-	-	(55.122)	-
PIS e COFINS	(817.466)	(342.585)	(817.466)	(342.585)
	<u>(817.466)</u>	<u>(342.585)</u>	<u>(873.171)</u>	<u>(342.585)</u>

Despesas com serviços prestados

Honorários de contadores	(48.673)	(44.203)	(295.872)	(424.554)
Serviços de consultoria	-	-	(35.000)	-
Honorários de auditores	(41.904)	(30.047)	(235.527)	(78.331)
Honorários de advogados	(3.478)	(153.588)	(123.169)	(401.000)
Serviços de informática	(38.048)	-	(220.098)	-
Serviços de limpeza	-	-	(179.348)	-
Gestão administrativa	-	-	(20.072)	-
Outros serviços	-	(45.760)	(182.227)	(45.760)
	<u>(132.103)</u>	<u>(273.598)</u>	<u>(1.291.313)</u>	<u>(949.645)</u>

Total das despesas administrativas e
outras despesas operacionais

	<u>(967.267)</u>	<u>(890.083)</u>	<u>(2.372.349)</u>	<u>(1.620.038)</u>
--	------------------	------------------	--------------------	--------------------

20 Outras receitas

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Outras receitas (i)	35.000.000	29.033
Recuperação de despesas	403	-
	<u>317.670</u>	<u>29.033</u>

(i) Em setembro de 2022, houve reconhecimento da reparação patrimonial por parte GE Power e essa dívida foi quitada em outubro do mesmo ano.

21 Resultado financeiro

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2022</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receitas financeiras				
Aplicações financeiras	6.223.755	1.004.951	16.863.453	1.004.951
Rendimentos de mútuos	12.176.987	4.453.500	-	4.453.500
Descontos obtidos	-	-	444	-
Juros	-	-	1.710	-
	<u>18.400.742</u>	<u>5.458.451</u>	<u>16.865.607</u>	<u>5.458.451</u>
Despesas financeiras				
Juros de empréstimos	(21.329.912)	(4.869.650)	(46.972.221)	(4.869.650)
Juros sobre outras operações	-	(6.632)	(2.925)	(6.631)
Juros sobre arrendamentos	-	-	(1.284.276)	-
Despesas bancárias	(25.147)	(609.760)	(5.445.336)	(609.761)
Despesas com IOF	(248.332)	(575)	(667.754)	(575)
Custos com empréstimos	-	(42.894)	-	(42.894)
	<u>(21.603.391)</u>	<u>(5.529.511)</u>	<u>(54.372.511)</u>	<u>(5.529.511)</u>
Resultado financeiro	<u>(3.202.649)</u>	<u>(71.060)</u>	<u>(37.506.904)</u>	<u>(71.060)</u>

22 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia apura o resultado pelo lucro real e as suas controladas apuram IRPJ e CSLL pelo lucro presumido.

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Lucro antes do imposto	67.570.756	(969.694)	84.103.649	(936.312)
Imposto calculado com base em alíquota legal (34%)	22.974.057	(329.696)	28.595.241	318.346
Resultados de controladas por equivalência	(24.391.828)	2.907	-	-
Despesas não dedutíveis para fins de impostos	10.566	-	10.566	-
Despesas capitalizadas adicionadas para fins de imposto	-	-	108.066	-
Imposto diferido sobre prejuízo fiscal não reconhecidos no exercício	1.407.205	326.789	1.407.205	(351.728)
Efeitos de controladas tributadas pelo lucro presumido	-	-	(13.588.186)	3.502.156
Imposto de renda e contribuição social capitalizados	-	-	-	(3.502.156)
Encargo fiscal	-	-	16.532.893	(33.382)
Despesa com IR e CS correntes	-	-	(16.039.165)	-
Despesa com IR e CS diferidos	-	-	(493.728)	(33.382)
	-	-	(16.532.893)	(33.382)
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	0,0%	0,0%	19,7%	3,6%
			Consolidado	
			2022	2021
Imposto por natureza				
IRPJ e CSLL sobre faturamento (regime caixa)			3.822.725	-
IRPJ e CSLL sobre receitas financeiras			3.716.409	-
IRPJ e CSLL sobre outras receitas			8.500.031	-
			16.039.165	-

23 Transações com parte relacionadas

23.1 Contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
EDF EN do Brasil Participações Ltda.	21.688	509	21.688	32.000.509
	<u>21.688</u>	<u>509</u>	<u>21.688</u>	<u>32.000.509</u>

- (i) Em 2021 era vigente o contrato de compartilhamento de custos entre a EDF EN do Brasil Participações Ltda (“EDF EN Brasil”) referente ao repasse das despesas necessárias para a gestão e administração das usinas eólicas. As despesas incluídas são as seguintes: serviços diretos e indiretos, despesas administrativas e despesas de deslocamento. Os custos eram relativamente maiores no exercício anterior em função dos parques eólicos estarem em construção. A liquidação substancial dos valores ocorreu ao longo do exercício de 2022.

23.2 Empréstimos – partes relacionadas

ATIVO	2022	2021
Parque Eólico Ventos da Bahia XIII S/A	-	19.637.417
Parque Eólico Ventos da Bahia XIV S/A	12.044.000	18.472.083
Parque Eólico Ventos da Bahia XXIII S/A	2.014.667	20.699.667
Parque Eólico Ventos da Bahia XXVII S/A	3.022.000	19.637.000
	<u>17.080.667</u>	<u>78.446.167</u>

Referem-se a capital de giro custeados pela Companhia às suas controladas. O empréstimo é atualizado por juros mensais de 1%.

Apresentamos abaixo a movimentação dos empréstimos concedido pela controladora às partes relacionadas:

	Ventos da Bahia XIII	Ventos da Bahia XIV	Ventos da Bahia XXIII	Ventos da Bahia XXVII
Saldo em 31/12/2021	19.637.417	18.472.084	20.699.666	19.637.000
(+) Aquisição principal	9.049.880	9.812.350	-	-
(+) Juros apropriados	3.887.028	2.405.326	3.015.729	2.868.904
(-) Amortização principal	(27.722.949)	(15.400.000)	(17.500.000)	(15.500.000)
(-) Amortização juros	(5.024.444)	(3.433.410)	(4.200.729)	(3.983.904)
(-) IOF	173.069	187.650	-	-
Saldo em 31/12/2022	<u>-</u>	<u>12.044.000</u>	<u>2.014.667</u>	<u>3.022.000</u>

Saldo em 31/12/2020	18.524.000	17.518.667	19.526.833	18.523.167
(+) Juros apropriados	1.113.417	1.053.417	1.172.833	1.113.833
(-) Amortização principal	-	(100.000)	-	-
Saldo em 31/12/2021	19.637.417	18.472.084	20.699.666	19.637.000

23.3 Dividendos a receber

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Parque Eólico Ventos da Bahia XIII S/A	4.674.170	-
Parque Eólico Ventos da Bahia XIV S/A	2.797.574	-
Parque Eólico Ventos da Bahia XXIII S/A	4.474.268	-
Parque Eólico Ventos da Bahia XXVII S/A	4.661.302	-
	<u>16.607.314</u>	<u>-</u>

23.4 Dividendos a pagar

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
EDF EN do Brasil Participações Ltda.	7.298.825	-
Ômega Geração S/A	7.298.825	-
	<u>14.597.650</u>	<u>-</u>

23.5 Remuneração do pessoal chave da Administração

Durante os exercícios de 2022 e 2021 a remuneração da Administração da Companhia foi realizada diretamente pela Controladora do grupo, EDF EN Participações Ltda. Assim sendo, não houve remuneração do pessoal chave da Administração nesses períodos.

24 Instrumentos financeiros e gestão de riscos

Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros. A hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros classificados no nível 2 de hierarquia do valor justo. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, conforme categorias abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Ativos				
<u>Mensurados pelo custo amortizado:</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	21.112	15.663	28.951.821	7.910.252
Contas a receber - partes relacionadas	17.080.667	78.446.167	-	-
Contas a receber	-	-	14.116.408	1.412.946
Depósitos judiciais	-	-	3.031	3.031
Dividendos a receber	16.607.314	-	-	-
Adiantamentos	21.179	-	-	1.476
<u>Valor justo por meio do resultado:</u>				
Títulos e valores mobiliários	7.115.515	130.162.774	54.090.365	163.978.449
Passivos				
<u>Mensurados pelo custo amortizado:</u>				
Contas a pagar	103.345	113.094	10.446.734	17.628.985
Contas a pagar - partes relacionadas	21.688	-	21.688	32.000.509
Empréstimos e financiamentos	-	-	464.144.129	300.510.896
Debêntures a pagar	50.166.754	209.940.540	50.166.754	209.940.540
Dividendos a pagar	14.597.650	-	14.597.650	-
Arrendamentos mercantil	-	-	17.293.420	15.740.029

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- (i) Títulos e valores mobiliários - Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são idênticos ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário (Nota 5).
- (ii) Caixa e bancos, contas a receber e contas a receber partes relacionadas, contas a pagar e contas a pagar partes relacionadas e dividendos a receber e a pagar - Decorrem diretamente das operações da Companhia sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. O valor contábil se aproxima do valor justo tendo em vista o curto prazo de liquidação destas operações.

- (iii) Empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos mercantil - São classificados como outros passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação, que de acordo com o entendimento da Administração, reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratar de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características específicas.

a. Risco de crédito

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. Na data das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estavam assim apresentados:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2022</u>	<u>2021</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Ativos				
<u>Mensurados pelo custo amortizado:</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	21.112	15.663	28.951.821	7.910.252
Contas a receber - partes relacionadas	17.080.667	78.446.167	-	-
Contas a receber	-	-	14.116.408	1.412.946
Depósitos judiciais	-	-	3.031	3.031
Dividendos a receber	16.607.314	-	-	-
Adiantamentos	21.179	-	-	1.476
<u>Valor justo por meio do resultado:</u>				
Títulos e valores mobiliários	7.115.515	130.162.774	54.090.365	163.978.449

A Administração avaliou, segundo sua política de PCEe, com base no CPC 48, conclui que não há risco de crédito, permanecendo apenas o contas a receber em aberto.

b. Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade da Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas. A Companhia entende que não há risco significativo atrelado as taxas de juros e a exposição está máxima está evidenciada na tabela demonstrada abaixo.

c. Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia poderia estar exposta a dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. Na avaliação desse risco, a Administração efetua continuamente as previsões de seus fluxos de caixa, visando garantir que a Companhia sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações financeiras nos vencimentos contratados.

Os recursos de caixa excedentes às necessidades presentes são investidos em ativos financeiros remunerados, através de instrumentos selecionados que garantam os resgates e a liquidez de acordo com as necessidades programadas da Companhia.

Segue abaixo o detalhamento dos vencimentos contratuais dos passivos financeiros:

	2022		2021	
	Até 1 ano	> 1 anos	Até 1 ano	> 1 anos
Contas a pagar	103.345	-	113.094	-
Contas a pagar - partes relacionadas	21.688	-	509	-
Debêntures a pagar	50.166.754	-	78.760.659	131.179.881
	<u>50.291.787</u>	<u>-</u>	<u>78.874.262</u>	<u>131.179.881</u>
	Consolidado			
	2022		2021	
	Até 1 ano	> 1 anos	Até 1 ano	> 1 anos
Contas a pagar	10.446.734	-	17.628.985	-
Contas a pagar - partes relacionadas	-	21.688	-	32.000.509
Empréstimos e financiamentos	20.176.094	443.968.035	-	300.510.896
Debêntures a pagar	50.166.754	-	78.760.659	131.179.881
Dividendos a pagar	14.597.650	-	-	-
Arrendamentos mercantil	1.510.615	15.782.805	1.139.964	14.600.065
	<u>96.897.847</u>	<u>459.772.528</u>	<u>97.529.608</u>	<u>478.291.351</u>

d. Mensuração dos instrumentos financeiros

Os valores justos referentes aos instrumentos financeiros caixa e equivalentes de caixa, fornecedores e partes relacionadas são aproximados aos seus valores contábeis, em função de serem transações de curto prazo e não sofrerem impactos relevantes oriundos do risco de taxa de juros ou cambial, nos casos aplicáveis.

e. Gestão de capital

A Companhia obtém recursos diretamente através do investimento feito em suas SPes controladas, uma vez que as mesmas já se encontram em fase de operação comercial e com fluxo de caixa positivo. O projeto pode contar ainda com a emissão de debêntures para compor seu portfólio de financiamento e fazer frente ao seu capital de giro e compromissos financeiros assumidos.

Análise de sensibilidade

Em virtude da oscilação histórica do real em relação às moedas estrangeiras, das taxas de juros e dos índices de preços, a Companhia preparou análise de sensibilidade sobre seu principal passivo financeiro demonstrando os eventuais impactos no seu resultado ou no seu imobilizado em 2022, com base em premissas por ela adotadas. Foram definidos três cenários diferentes: Com base no IPCA médio e SELIC para 2023 publicados pelo sistema de expectativas do Banco Central em 31 de dezembro de 2022, cujos valores definidos foram de 5,32% a.a. e 12,30% a.a. respectivamente. A partir desta foram calculadas variações de 25% (possível) e 50% (remoto). Abaixo, o resultado:

Operação	2022	2021	Risco	Cenário I (Provável)	Cenário II (Possível)	Cenário III (Remoto)
Passivos financeiros						
Principal BNB						
PROINFRA	464.144.129	300.510.896	IPCA	32.716.210	38.040.863	43.366.836
Debêntures	50.166.754	131.179.881	CDI	5.401.950	6.623.607	7.842.912

25 Compromissos assumidos

a. Contratos de venda de energia elétrica

A Companhia está comprometida com venda de energia conforme projeção demonstrada abaixo:

		Ventos da Bahia XIII		Ventos da Bahia XIV	
		2023	2024-2043	2022-2023	2024-2043
ACR	Volume [MWh]	-	2.226.564	-	1.034.388
	Preço [R\$/MWh]	-	94	-	94
	Subtotal [R\$]	-	209.297.016	-	97.232.472
ACL	Volume [MWh]	246.986	1.022.662	164.657	681.775
	Preço [R\$/MWh]	161	114	161	114
	Subtotal [R\$]	39.764.746	116.583.468	26.509.777	77.722.350
Total [R\$]		39.764.746	325.880.484	26.509.777	174.954.822
		Ventos da Bahia XXIII		Ventos da Bahia XVII	
		2022-2023	2024-2043	2022-2023	2024-2043
ACR	Volume [MWh]	-	1.963.584	-	1.963.584
	Preço [R\$/MWh]	-	94	-	94
	Subtotal [R\$]	-	184.576.896	-	184.576.896

ACL	Volume [MWh]	246.986	1.022.662	246.986	1.022.662
	Preço [R\$/MWh]	161	114	161	114
	Subtotal [R\$]	39.764.746	116.583.468	39.764.746	116.583.468
	Total [R\$]	39.764.746	301.160.364	39.764.746	301.160.364

Seguros

A Companhia mantém apólices de seguro contratado junto a Tokio Marine e a AXA Seguros, seguradoras do país que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. A Companhia possui a cobertura de seguros conforme descrito abaixo:

a. Seguro Riscos Nomeados e Operacionais

Em conformidade com as Condições Gerais e com as Condições particulares, que fazem parte integrante e inseparável da apólice. A importância segurada é de R\$ 190.518.216 tendo como vigência o período de 03/12/2021 à 31/12/2022. Por oportunidade e necessidade, e com a mesma cobertura e vigência, o seguro foi renovado para o período 01/01/2023 à 31/12/2023.

Coberturas

Importâncias seguradas

Lucro cessantes e danos materiais

R\$ 101.531.559

b. Seguro Responsabilidade Civil Geral

Em conformidade com as Condições Gerais para o Seguro de Responsabilidade Civil Geral global, em decorrência de sinistros involuntários, corporais, materiais e morais causados a terceiros, integrantes dos riscos cobertos pela apólice. A importância segurada é de R\$ 118.061.080 tendo como vigência o período de 30/06/2022 à 30/06/2023.

Coberturas

Importâncias seguradas

Empregador, Companhia concessionária ou não de serviços públicos - energia, responsabilidade civil

Cruzada, poluição súbita e acidental

R\$ 94.179.245